



ISSN: 2310-0036

Vol. 16 | Nº. 1 | Ano 2025

Latifo Fonseca

Universidade Católica de
Moçambique

fonsecamateusc@gmail.com



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

O Cuidado da Casa Comum e o Desafio Africano na Manutenção Tradicional da Natureza

The Care of the Common Home and the African Challenge in the Traditional Maintenance of Nature

RESUMO

O documento Laudato si do Papa Francisco sobre o cuidado da “Casa Comum”, e o Retorno do Bom Selvagem de Severino Ngoenha discutem o cuidado da Casa Comum e a perspectiva filosófica-africana do problema ecológico no contexto africano, respectivamente. As duas obras visam despertar reflexões a respeito da natureza: homem, planta e animais. O antropocentrismo, geralmente, minimiza a vida das plantas e animais, colocando sempre em última posição quando se trata da defesa da vida. Não obstante os movimentos que, uns lutam pela defesa das plantas e outros pela vida dos animais, ainda há resistência do homem que coloca em si o centro das atenções. A “economia selvagem” optada por muitas empresas multinacionais, tem obrigado a destruição de plantas e animais. Muitas espécies, quer de plantas quer de animais estão em extinção colocando em risco a biodiversidade. Neste trabalho pretendemos abordar a responsabilidade humana na defesa da vida das plantas e dos animais como forma de, inicialmente, equilibrar o antropocentrismo e em seguida, inculcar na mente dos homens a redução do desmatamento das florestas e evitar a extinção dos animais, ou seja, declarar-se uma economia sustentável, que respeita a vida dos seres vivos: ser humano, plantas e animais. Sendo o homem, um ser vivo dotado de razão, deve ser responsável dos atos se de fato quiser um meio ambiente saudável, ou seja, a humanidade deve investir em si as reflexões éticas sobre a defesa do meio ambiente.

Palavras-chave: Animais; Antropocentrismo; Casa Comum; Plantas.

Abstract

Pope Francis' Laudato Si document on the care of the “common Home”, and Severino Ngoenha's Return of the Good Savage Discuss the care of the Common Home and the philosophical – African perspective of the ecological problem in the African context, respectively. The two works aim to awaken reflections about nature: man, plants and animals. Anthropocentrism generally minimizes the life of plants and animals; it always puts it in the last position when it comes to the defence of life. Despite the movements that, some fight for the defence of plants and others for the life of animals, there is still resistance from man who puts the centre of attention in himself. The “wild economy” opted for by many multinational companies, it has forced the destruction of plants and animals. Many species, both plants and animals, are endangered, endangering biodiversity. In this work we intend to address human responsibility in the defence of the life of plants and animals as a way initially to balance anthropocentrism and then inculcate in the minds of men the reduction of deforestation of forests and avoid the extinction of animals, that is, declare itself a sustainable economy, which respects the life of living

beings: human beings, plants and animals. As a human being, an endowed with reason, he must be responsible for the acts if in fact he wants a healthy environment, that is, humanity must invest in himself the ethical reflections on the defence of the environment.

Keywords: Animals; Anthropocentrism; Common Home;

1. Introdução

O sonho por um mundo melhor deve iniciar pela defesa do bem comum, especificamente, pela conservação da casa comum cujo requisito é cada ser humano assumir a responsabilidade de cuidar o meio ambiente. O debate sobre a ecologia integral que envolve todos os seres vivos (a pessoa humana, as plantas, os animais, as águas, a terra e o ar) deve ser profundo e abrangente. As discussões sobre a vida de todos os seres vivos em círculos minoritários de ricos, governantes e organizações não governamentais, excluindo os povos nativos e os pobres, empobrece as decisões no que concerne à responsabilidade do homem na defesa da casa comum.

Neste trabalho que será apresentado no eixo 3 do VI Congresso Internacional, pretendemos, apresentamos alguns pontos refletidos pelo Papa Francisco no documento *Laudato Si* (LS) a respeito da casa comum; em seguida abordamos a visão de Severino Ngoenha sobre o meio ambiente no contexto africano e por último apontaremos os caminhos a seguir para salvarmos a “Mãe Terra” que passa necessariamente pela conversão intelectual da humanidade a superação do antropocentrismo e a economia selvagem com vista a cultivar a ecologia integrada.

A conservação e ou a manutenção da vida dos animais e das plantas deve ser visto como uma missão urgente se a humanidade quer uma vida saudável e longa. Portanto, deve haver responsabilidade de cada pessoa humana no cuidado da casa comum e abandono do antropocentrismo. A pesquisa visa, portanto, apontar os desafios atuais e a necessidade de somar sinergias para o cuidado do bem comum, linguagem usada pelo Papa Francisco, para se referir aos bens espirituais e materiais que o ser humano é responsável.

1. Papa Francisco e cuidado da “Casa Comum” no *Laudato Si*

O documento *Laudato Si* (LS) marca o início do pontificado do Papa Francisco e serve de reflexão sobre o problema do meio ambiente. Francisco (ano) afirma que “o cuidado dos ecossistemas requer uma perspectiva que se estenda para além do imediato, porque, quando se busca apenas um ganho econômico rápido e fácil, já ninguém se importa realmente com a sua preservação. Mas o custo dos danos provocados pela negligência egoísta é muitíssimo maior do que o benefício econômico que se possa obter. No caso da perda ou dano grave de algumas espécies, fala-se de valores que excedem todo e qualquer cálculo. Por isso, podemos ser testemunhas mudas de gravíssimas desigualdades, quando se pretende obter benefícios significativos, fazendo pagar ao resto da humanidade, presente e futura, os altíssimos custos da degradação ambiental”.

O Papa Francisco (*Laudato Si* 138) explica que a ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem. E isto exige sentar-se para pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência duma sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo. O bispo de Roma acrescenta que nunca é demais insistir que tudo está interligado. O tempo e o espaço não são

independentes entre si; nem os próprios átomos ou as partículas subatômicas se podem considerar separadamente.

Com vista a enriquecer a visão sobre o meio ambiente, o pontífice (Laudato Si 138) sustenta que quando falamos de “meio ambiente”, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade.

Ciente da conexão que há de todos os seres vivos, o Papa Francisco (Laudato Si 138), argumenta que dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza.

Dando continuidade a questão da ecologia integral, o sucessor de Pedro insiste que

a par do património natural, encontra-se igualmente ameaçado um património histórico, artístico e cultural. Faz parte da identidade comum de um lugar, servindo de base para construir uma cidade habitável. Não se trata de destruir e criar outras cidades novas hipoteticamente mais ecológicas, onde nem sempre resulta desejável viver. É preciso integrar a história, a cultura e a arquitetura dum lugar, salvaguardando a sua identidade original. Por isso, a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo. Mais diretamente, pede que se preste atenção às culturas locais, quando se analisam questões relacionadas com o meio ambiente, fazendo dialogar com a linguagem técnico-científica com a linguagem popular. É a cultura – entendida não só como os monumentos do passado, mas especialmente no seu sentido vivo, dinâmico e participativo – que não se pode excluir na hora de repensar a relação do ser humano com o meio ambiente¹.

Com o conhecimento sobre o progresso humano, o Papa Francisco chama atenção a respeito do assunto dizendo que para se poder falar de autêntico progresso, será preciso verificar que se produza uma melhoria global na qualidade de vida humana; isto implica analisar o espaço onde as pessoas transcorrem a sua existência. Os ambientes onde vivemos influem sobre a nossa maneira de ver a vida, sentir e agir. Ao mesmo tempo, no nosso quarto, na nossa casa, no nosso lugar de trabalho e no nosso bairro, usamos o ambiente para exprimir a nossa identidade.

¹ Francisco, Papa (Laudato Si 139).

Em pleno século XXI e com muitos avanços científico-tecnológicos, verifica-se ainda a falta de habitação que Francisco considera:

“é grave em muitas partes do mundo, tanto nas áreas rurais como nas grandes cidades, nomeadamente porque os orçamentos estatais em geral cobrem apenas uma pequena parte da procura. E não só os pobres, mas uma grande parte da sociedade encontra sérias dificuldades para ter uma casa própria. A propriedade da casa tem muita importância para a dignidade das pessoas e o desenvolvimento das famílias. Trata-se duma questão central da ecologia humana. Se num lugar concreto já se desenvolveram aglomerados caóticos de casas precárias, trata-se primariamente de urbanizar estes bairros, não de erradicar e expulsar os habitantes. Mas, quando os pobres vivem em subúrbios poluídos ou aglomerados perigosos, «no caso de ter de se proceder à sua deslocação, para não acrescentar mais sofrimento ao que já padecem, é necessário fornecer-lhes uma adequada e prévia informação, oferecer-lhes alternativas de alojamentos dignos e envolver diretamente os interessados”².

Apesar da necessidade da ecológica integrada e responsabilidade humana, o documento indica outro ponto crucial que é a lei moral. Por isso, Francisco 2015 (Laudato Si 155) acredita que a ecologia humana implica também algo de muito profundo que é indispensável para se poder criar um ambiente mais dignificante: a relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza.

Citando o seu antecessor, [Bento XVI](#), Francisco (2015) enfatiza que existe uma “ecologia do homem”, porque “também o homem possui uma natureza, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece”.

Francisco (2015) (Laudato Si, 95) sustenta que o meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros. Por isso, os bispos da Nova Zelândia perguntavam-se que significado possa ter o mandamento «não matarás», quando “uns vinte por cento da população mundial consomem recursos numa medida tal que roubam às nações pobres, e às gerações futuras, aquilo de que necessitam para sobreviver”.

O desafio atual, segundo o Pontífice, é olhar o meio ambiente como um bem coletivo, isto é, casa comum onde cada pessoa humana deve sentir-se responsável no cuidado desse dom de Deus. Não obstante aos diversos fenômenos naturais que refletem ao modo como o homem explora a natureza, parece que ainda falta a conversão intelectual para que a pessoa humana seja mais responsável no cuidado do meio ambiente.

² Francisco, Papa (Laudato Si 147)

No cuidado da biodiversidade, o bispo de Roma recorre o que os especialistas insistem na necessidade de prestar uma especial atenção às áreas mais ricas em variedade de espécies, em espécies endêmicas, raras ou com menor grau de efetiva proteção. Há lugares que requerem um cuidado particular pela sua enorme importância para o ecossistema mundial ou que constituem significativas reservas de água assegurando assim outras formas de vida. Mencionemos, por exemplo, os pulmões do planeta repletos de biodiversidade que são a Amazônia e a bacia fluvial do Congo ou os grandes lençóis freáticos e os glaciares. A importância destes lugares para o conjunto do planeta e para o futuro da humanidade não se pode ignorar.

Ao se ignorar a importância dos lugares, não somente os mencionados pelo Papa, mas também por diversas reservas ambientais situadas em muitas partes do mundo, o homem provoca danos maiores que resultam em mudanças climáticas e extinção de vários animais.

Todavia, Francisco alerta que ao falar sobre estes lugares, impõe-se um delicado equilíbrio, porque não é possível ignorar também os enormes interesses econômicos internacionais que, a pretexto de cuidar deles, podem atentar contra as soberanias nacionais.

Francisco (2015), (Laudato Si, 86) reconhece o trabalho desenvolvido pelas Organizações não governamentais dizendo ser louvável a tarefa desses organismos internacionais e organizações da sociedade civil que sensibilizam a população e colaboram de forma crítica, inclusive utilizando legítimos mecanismos de pressão, para que cada governo cumpra o dever próprio e não-delegável de preservar o meio ambiente e os recursos naturais do seu país, sem se vender a espúrios interesses locais ou internacionais.

O que é necessário é que haja sinergias de todos atores: as organizações não governamentais, os governos e os povos nativos devem ter o cuidado das biodiversidades para que resulte em um ambiente saudável e manutenção de todas espécies de animais e plantas.

De acordo com o Papa Francisco (2015) (Laudato Si,112),

A cultura ecológica não se pode reduzir a uma série de respostas urgentes e parciais para os problemas que vão surgindo à volta da degradação ambiental, do esgotamento das reservas naturais e da poluição. Deveria ser um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que oponham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático. Caso contrário, até as melhores iniciativas ecologistas podem acabar bloqueadas na mesma lógica globalizada. Buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece, é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial.

A proposta de Francisco é que a pessoa humana tenha como projeto de vida o cuidado à vida do próprio homem, dos animais e das plantas. Não se deve olhar ao ser vivo com única

intenção de exploração. A vida não deve ser reduzida a lucros, o que seria uma economia selvagem.

O antropocentrismo moderno, no entender de Francisco (Laudato Si,116) acabou, paradoxalmente, por colocar a razão técnica acima da realidade, porque este ser humano já não sente a natureza como norma válida nem como um refúgio vivente. Sem se pôr qualquer hipótese, vê-a, objetivamente, como espaço e matéria onde realizar uma obra em que se imerge completamente, sem se importar com o que possa suceder a ela.

Refletindo com maior profundidade o problema do antropocentrismo, o Papa Francisco argumenta no (Laudato Si, 117)

Nos tempos modernos, verificou-se um notável excesso antropocêntrico, que hoje, com outra roupagem, continua a minar toda a referência a algo de comum e qualquer tentativa de reforçar os laços sociais. Por isso, chegou a hora de prestar novamente atenção à realidade com os limites que a mesma impõe e que, por sua vez, constituem a possibilidade dum desenvolvimento humano e social mais saudável e fecundo. Uma apresentação inadequada da antropologia cristã acabou por promover uma concepção errada da relação do ser humano com o mundo. Muitas vezes foi transmitido um sonho prometeico de domínio sobre o mundo, que provocou a impressão de que o cuidado da natureza fosse atividade de fracos. Mas a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável.

O problema apontado pelo Papa do antropocentrismo deve ser corrigido imediatamente para que o homem não seja único ser vivo o centro das atenções. Com a capacidade intelectual maior que os demais, o homem assume a responsabilidade e regula a forma de exploração das plantas e dos animais.

A proposta do Papa Francisco para fazer face aos diversos problemas que afetam a “Casa Comum” passam necessariamente pela compreensão de que o ser humano é o primeiro responsável do cuidado do bem comum incondicionalmente.

Nas condições atuais da sociedade mundial, afirma o Pontífice (Laudato Si 158), onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres.

A opção pelos pobres, no entender de Francisco,

implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra, mas – como procurei mostrar na exortação apostólica [Evangelii gaudium](#) – exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a

realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum³.

2. Reflexão sobre o meio ambiente como problema filosófico de acordo com Ngoenha

Severino Ngoenha filósofo moçambicano, estende suas reflexões filosóficas na arena ecológica. A obra *o Retorno do Bom Selvagem* é uma provocação para que o africano discuta os problemas do meio ambiente e assuma o protagonismo dos seus problemas e desafios inclusive do meio ambiente dentro da sua realidade e com seus meios e capacidades.

O autor constata que, a vivência Humana consiste no distanciamento progressivo e acentuado do ambiente natural e social. Nesta perspectiva, toda a evolução Humana tende a colocar o Homem fora do Homem (o homem fora dele mesmo). Para o Homem a importância da cultura é tal, que faz dela a sua segunda natureza, sem a qual, aliás, não pode viver.

Conforme Ngoenha (1994, p.24), o pensamento africano, a partir da segunda guerra mundial, afasta-se de uma visão mística da natureza, e orienta-se em direção a uma visão instrumentalista. Por sua vez, o pensamento ocidental a partir dos anos trinta a quarenta é influenciado pelas catástrofes que a sua atitude provocou, vê-se obrigado a repensar o modo de relacionamento do Homem Ocidental com a natureza por teorizar a passagem de uma visão instrumentalista mística.

Ngoenha explica que o negro tem forma diferente de olhar a natureza

Existe no mundo uma outra força vital, semelhante ao Homem, que anima todos os objectos dotados de um carácter sensível, desde Deus a um grão de areia. O Negro estabeleceu uma hierarquia rigorosa de forças. No cimo Deus, único, não criado e criador, aquele que dá força e potência por ele mesmo. Ele dá existência, substância e acréscimo às outras forças. Depois dele vêm os antepassados, e, em primeiro lugar, os fundadores dos clãs. Mais abaixo encontram-se os vivos que, por sua vez, são ordenados segundo os costumes, mas sobretudo segundo a ordem geneológica. No fim encontram-se os animais, as plantas e os minerais (Ngoenha 1994, p. 24).

A ética africana consiste, portanto, no “reconhecimento da unidade do mundo” e do agir para manter o equilíbrio das forças, da ordem e da estabilidade. Desta concepção deriva a ideia do sagrado, fulcro de toda a vida africana, onde cada ser, cada coisa, possui uma força vital de energia divina. “O homem está ligado à planta, ao animal, aos seus semelhantes, vivos e

³ Francisco, Papa (Laudato Si 158),

mortos, e ao cosmos através do ritmo vital, e a Deus através do sacrifício ritual” (Ngoenha, 1994, p.25).

Na abordagem sobre o meio ambiente (Ngoenha, 1994), equipara ao tema da democracia, um assunto novo e espinhoso no contexto africano e considera que os africanos devem “tomar a sério a especificidade cultural que nós somos e representamos e inventar um modelo institucional que se inspire nos substratos culturais das populações”, pois para o autor acima referido, o que há em Moçambique e em África, é um jogo de interesses políticos que prejudica a constituição de uma democracia que proclame a justiça social e que seja realmente benéfica para os povos, motivo pelo qual, destroem as culturas e a tradição de ter uma excelente relação com a natureza.

Ngoenha apresenta-nos sua compreensão sobre a tradição que tem a ver com a conservação de tudo que é africano:

Falar da tradição como utopia crítica significa, portanto, o bom uso da tradição. Isto é possível através duma memória vigilante, que não ataca cegamente a tradição. Falar da tradição como utopia crítica significa combater uma tradição que leva à morte e à alienação do “Muntu”. A tradição não é um corpo fechado, mas aberto. Neste sentido não é inimiga da modernidade, não se opõe à modernidade; ela pode ser transportada no projecto da modernidade e, portanto, da autenticidade africana. Neste projeto torna-se modelo de cultura, de unidade, no esforço de construção de um modelo comum de “Muntu”. Ela não está simplesmente na origem, mas está também a fim de oferecer modelos utópicos para o agir atual⁴.

A filosofia ngoenhiana sugere que, temos que rever o passado e apreender das culturas tradicionais unicamente os elementos que as mesmas oferecem para resolução dos problemas atuais e futuros. Por isso, cuidar da natureza é cuidar do presente e do futuro, garantindo que as futuras gerações recebam a África mais saudável.

Ngoenha e Castiano (2010) explicam que, a condição de olhar para trás é, pois, quando essas lucubrações filosóficas, estão intrinsecamente ligadas a melhoria da vida das populações africanas em função de projetos sociais.

Ngoenha (1994) adverte que tendo em vista o presente, a escolha dos elementos que a tradição nos oferece, deve visar a melhoria da realidade social da África, em geral, e de Moçambique, em particular.

Para o autor, a relação do africano com a natureza é a expressão de uma simbiose consciente. Nas poesias inspiradas pela caça, o caçador não se orgulha das suas proezas; em relação à presa, ele exprime simplesmente louvor e respeito. O caçador e a presa desempenham os seus papéis no drama da existência.

⁴ Ngoenha, S.E. (1994). *Filosofia Africana: das independências às liberdades*, p. 125.

Portanto, a natureza não é uma inimiga que se tem que vencer a qualquer preço. O africano sente-se parte integrante da natureza e a sua ação inscreve-se num sistema de relações com o cosmos, com as plantas, com os animais e num sistema de relações sociais.

A partir do debate, sobre a relação entre o africano e a natureza, o autor vai além e diz que a epistemologia negro-africana ignora a separação entre a “ordem do conhecer” e a “ordem do ser”. Portanto, existe a integração e isso implica que o africano depende da natureza e a natureza depende do africano. O conhecimento é um ser e não só um instrumento ao serviço do Homem.

Ngoenha (1994) sustenta que Homem negro, desde sempre se apercebeu que no íntimo dos seres reside algo de muito poderoso que os anima e que não pode ser descrito. Esta é a razão pela qual a religião africana foi intitulada animista: para o africano tudo é sagrado. Tudo é habitado por uma alma, uma força ativa.

Nas orações debaixo de uma árvore, o africano dirige-se a ela como uma divindade mesmo sabendo que não é. Essa relação íntima, pode ser a materialização (torna-se presente) o Deus invisível, mas que se faz presente através da árvore sagrada como o embondeiro.

Entretanto, por causa do consumismo, o espírito da *dólar-cracia*, como Ngoenha batiza ao amor excessivo ao dinheiro e a ganância, os governos africanos abandonam as tradições e começaram a vender as terras, os animais, as plantas e todos os minerais para seu benefício. Por isso, hoje, encontramos, matas destruídas e muitos animais em extinção, porque a exploração é extremamente incontrolável.

Para que haja políticas de defesa do meio ambiente, Ngoenha enfatiza que deve-se concretizar um múnus de princípios, um contrato político que os governantes, independentemente da família política a que pertençam, deverão imperativamente respeitar e defender a todo custo, um número de valores mesmo materiais, que não podem ser alienados sem o consentimento explícito dos moçambicanos, através, por exemplo, de um referendo.

3. Caminhos a seguir para uma cultura do cuidado do meio ambiente

A reflexão de Hans Jonas (1995) poderá contribuir nas reflexões de Francisco (2015) e de Ngoenha (1994) sobre o meio ambiente. Hans Jonas em o princípio de responsabilidade que também é considerado um princípio ético, acredita que a forma de fugir do antropocentrismo, o homem deve assumir a responsabilidade no cuidado do bem comum.

O princípio de responsabilidade proporciona uma perspectiva de diálogo crítico em plena era tecnológica. Jonas entende que, “sob o signo da tecnologia, a ética tem a ver com ações de um alcance causal que carece de precedentes (...). tudo isso coloca a responsabilidade no centro da ética” (Jonas, 1995, p. 16-17). O homem deve, acima de tudo, assumir a responsabilidade para cuidar do meio ambiente. Dessa forma, fugirá do antropocentrismo e do consumismo.

Para que haja de fato responsabilidade, Hans Jonas sugere o seguinte: “Age de tal forma que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica sobre a terra” (Jonas,1995, p. 40). A proposta de Hans Jonas é de ordem racional para um agir coletivo como um bem comum e não individual. Acreditamos que se o homem se conscientizar que é parte da natureza e não o dono da natureza, conseguirá cuidar dela sem torná-la objeto de exploração para uma economia selvagem.

Sabendo da necessidade de mudança de paradigma, Francisco exorta no *Laudato Si* a discussão sobre o princípio do bem comum afirmando que a ecologia humana é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social. É “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”.

Francisco aponta a solidariedade como parte do bem comum

Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres. Esta opção implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra, mas – como procurei mostrar na exortação apostólica *Evangelii gaudium* – exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum (*Laudato Si*,158).

O pontífice critica a lentidão no cuidado da biodiversidade e no contraste à desertificação dizendo que os avanços foram muito menos significativos. Relativamente às mudanças climáticas, os progressos são, infelizmente, muito escassos. A redução de gases com efeito de estufa requer honestidade, coragem e responsabilidade, sobretudo dos países mais poderosos e mais poluentes.

Francisco (2015) (*Laudato Si*, 207) lembra que a “Carta da Terra convidava-nos, a todos, a começar de novo deixando para trás (sic) uma etapa de autodestruição, mas ainda não desenvolvemos uma consciência universal que o torne possível. Por isso, atrevo-me a propor de novo aquele considerável desafio: Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início (...). Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar duma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida”.

No que diz respeito aos novos desafios, Francisco (2015) apresenta a educação na responsabilidade ambiental que pode incentivar vários comportamentos que têm incidência direta e importante no cuidado do meio ambiente, propondo exemplos práticos, tais como evitar o uso de plástico e papel, reduzir o consumo de água, diferenciar o lixo, cozinhar apenas aquilo que razoavelmente se poderá comer, tratar com desvelo os outros seres vivos, servir-se dos transportes públicos ou partilhar o mesmo veículo com várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias.

Considerações finais

A crítica do antropocentrismo não deveria ficar em segundo plano nos atuais debates sobre o meio ambiente. Se a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade, não podemos iludir-nos de sanar a nossa relação com a natureza e o meio ambiente, sem curar todas as relações humanas fundamentais. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza, como recomenda o Papa Francisco.

A ética de responsabilidade de Hans Jonas deve ser vista como uma tentativa urgente de mitigarmos os danos provocados pela exploração irracional da natureza levando ao homem a tornar-se cego face aos problemas atuais que a natureza enfrenta. As mudanças climáticas e suas consequências, deve ser alerta para que cada pessoa humana assuma a missão de cuidar a casa comum.

No entender de Ngoenha, os africanos devem partir dos seus valores tradicionais focando um futuro que implica a tomada de consciência de que o ser humano é parte da natureza e o cuidado do meio ambiente é a forma de garantir o bem estar de todos.

Portanto, a conversão intelectual pode ser um dos caminhos que abrirá várias propostas de como podemos cuidar a casa comum e para o bem estar da natureza incluindo a pessoa humana.

Referências bibliográficas

Castiano, J. P. (2010). *Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjetivação*. Maputo, Moçambique: Ndijsa.

Francisco, Papa @015). *Laudato Si*.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html

Jonas, H. (2006). *O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica*. Rio de Janeiro, Brasil: PUC Rio.

_____.(1995). *El principio del resposabilidad: ensayo de una ética para la civilizacion tecnologica*. Barcelona, Espanha: Herder.

Ngoenha, S. E.(2004). *Os tempos da filosofia: filosofia e democracia moçambicana*. Maputo, Moçambique: Imprensa Universitária.

_____(1993). *Filosofia africana: das independências às liberdades*. Maputo, Moçambique: Edições Paulistas.

_____(1994). *O retorno do bom selvagem*. Porto, Portugal: Edições Salesianas.